


Pauta: Plano Municipal de Educação e o monitoramento do Plano Nacional de Educação

 **PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** (14h30min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Boa tarde a todos. Com as presenças dos vereadores Gilson Padeiro, Jonas Reis e Mauro Pinheiro, vamos dar início à nossa reunião. A pauta de hoje é o Plano Municipal de Educação e o monitoramento do Plano Nacional de Educação. Estão presentes: a Sra. Izabel Brum Abianna, da SMED, a Sra. Julia Scalco Pereira, também da SMED, a Sra. Sônia Mara Ogiba do Fórum Municipal da Educação de Porto Alegre, a Sra. Aline Kerber, do Conselho Municipal de Educação, a Sra. Lizelle de Moura Berrutti, também do Conselho Municipal de Educação, a Sra. Cindi Regina Sandri, do Simpa, a Sra. Elaine Timmer, representando o Fórum Municipal da Criança e do Adolescente; Antonio Eduardo de Matos Ferreira, do Fórum das Entidades. Quem solicitou foi esta reunião foi o Ver. Jonas Reis. O Ver. Jonas Reis está com a palavra como proponente do tema.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde a todas e todos que se encontram nesta reunião e também, presidente, eu o cumprimento, também o Ver. Gilson Padeiro, já temos aqui um ano de trajetória nesta comissão, muitos debates muitas interlocuções, audiências públicas em que a gente ouve a cidadania e debate temas, inclusive a educação tem sido um tema recorrente da nossa comissão, uma preocupação desta Casa. E hoje a gente traz esse tema provocados pela Associação de Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre, que é uma instituição bastante antiga, enraizada, que debate as questões do mundo escolar, da rede própria. Mas a gente sabe que esse tema do Plano Municipal de Educação é um tema que interessa a todos e todas, porque são metas da educação do Município inteiro. O Mauro era vereador, eu e o Gilson não, quando aprovaram essa lei, depois foi sancionada, em 2015, que é um plano importantíssimo, audacioso e que sofreu inúmeros golpes decorrentes de todas as intempéries que a sociedade sofreu; e uma delas é

muito recente: a pandemia, e ela realmente agrediu bastante o avanço da educação. A gente sabe que as 23 metas do nosso plano municipal, diferente do plano nacional, ele tem 23 metas, e o plano nacional 20. Nós, aqui, temos metas muito importantes que é uma conquista nossa – acho que isso é importante saudar inicialmente. Duas metas de educação infantil a mais e uma meta de diversidade, para pensar a diversidade no mundo escolar. Essa rede que a gente tem também tem feito um trabalho esplendoroso ao longo dos anos, mas a gente esbarra, muitas vezes, numa desorganização da sociedade, por quê? Porque a gente precisa, permanentemente, falar que educação é prioridade, disputar o orçamento público e é um orçamento em permanente disputa. A gente sabe que na política existem vários interesses. E aqueles que compreendem a importância da educação, eles sabem que as metas do plano precisam ser implementadas. Quero citar a primeira delas, que acho que é a que nos preocupa muito: universalizar até 2016 a educação infantil pré-escola para crianças de quatro, cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos, até o final da vigência do plano. Isso não foi alcançado, em 2016, e acho que esse é um grande dificultador. E a gente saúda aqui também a rede conveniada por estar presente neste debate, porque, na verdade, é uma violação de direito que a gente percebe, e Porto Alegre não é o único município. Então não é uma coisa que é nosso particular, é o Brasil inteiro. A gente teve, em 2009, a emenda constitucional nº 059, ela tornou obrigatória a educação de quatro a 17 anos de idade, até hoje nós temos milhares de crianças fora da escola no Brasil inteiro, que não acessa o direito à educação infantil. Então, para além dos debates que faremos aqui esta tarde, eu quero frisar isto: eu acho que nós temos que perseguir muito isso, neste Município. E nós temos conhecimento, muito conhecimento, mas a gente também precisa fazer comparativos. Nós fizemos apenas três escolas de rede própria nos últimos anos, isso é pouco. Nós temos obras paradas, isso é um problema, independentemente de onde partiu o início do problema, mas a permanência do problema é responsabilidade nossa, nós temos que trazer para nós. Se nós identificamos um problema na cidade, a gente

precisa construir consensos para dissolver isso. Fora isso, lá no item valorização docente, nós temos hoje uma rede conveniada que não consegue pagar o piso, porque os repasses são pequenos. Os repasses que são feitos a mais de 200 escolas, Mauro, e tu és conhecedor disso, são escolas fundamentais, essa parcerização, porém as trabalhadoras em educação lá recebem a carteira assinada como técnica de desenvolvimento infantil, mas essas escolas fazem educação. Não é um trabalho técnico, é um trabalho pedagógico, é um trabalho de ensino e aprendizagem, tem formação. E a gente precisa perseguir, Mauro, neste Município, e aí eu trago aqui o problema para a gente construir como essas trabalhadoras vão ter que ter o direito ao piso nacional do magistério. Nós não podemos ter dois tipos de professores: os que recebem menos e os que recebem mais, os de carreira e os não de carreira. Porque a educação está acontecendo. A criança vai lá para a rede conveniada e depois vai para a rede própria, ou municipal, ou estadual. E aí eu trago um outro tema que a gente precisa abordar também: o governo estadual está falando em municipalização, porém nós temos um problema que se chama recursos. O dinheiro da educação é único no Brasil. O dinheiro é único. Não dá para a gente aceitar que um ente federado, o Estado do Rio Grande do Sul, terceirize para os municípios, que já não conseguiram atender a educação infantil. E a responsabilidade? Nesta cidade, são 29 mil crianças que não acessam o direito à educação. Como é que a gente vai abraçar as escolas estaduais, se a gente não conseguiu, até agora, botar todos dentro da escola? Se a gente, até agora, não consegue pagar o piso do magistério para todos os trabalhadores? Então, nós temos problemas nossos que a gente ainda não resolveu, então a gente não pode abraçar; e aqui não falo nada de oposição a governo nenhum, estou falando de entes federados. Acho que o Brasil tem uma Constituição e os entes federados têm que construir suas saídas, mas as suas saídas não são terceirizando problemas, é construindo soluções. Então, acho que a gente tem que fazer um debate muito sério sobre municipalização. Não pode ser dessa forma como está sendo feito, que estão encerrando turmas nas escolas estaduais. Quero dar um exemplo, um caso emblemático, na escola que eu estudei, fiz a terceira série, Euclides da Cunha, aqui do Menino Deus,

Mauro, a escola, ao longo dos seis últimos anos foi fechando, não foi abrindo mais jardim, não abriu mais 1º ano, 2º ano, 3º ano, e agora está só com séries finais. Então ela está caminhando para fechar. Um prédio maravilhoso. E num bairro populoso e que não tem universalizado ali o acesso à educação infantil. Isso tudo é objeto do Fórum Municipal de Acompanhamento, e parablenizo a presença do Conselho Municipal de Educação e da sociedade como um todo. É por isso que esta Casa se preocupa com esse tema. Nós fizemos um plano 2015-2025, faltam dois anos para encerrar. Bom, nós já vamos começar a discutir, no ano que vem, o plano nacional novo: 2024-2034. Mas a gente precisa dar conta disso, então queremos ouvi-los, queremos ouvi-las e queremos construir aqui um debate de como, à medida que o tempo vai passando, a gente consiga sanar esses problemas. Então, inicialmente eu queria saudar a Comissão, o Presidente, vocês, todas e todos que estão aqui, os que acompanham, para que a gente possa superar os desafios coletivamente. Eu acho que todo mundo que está aqui e também os que não puderam estar sabem da importância da educação, e não tem como não estar com essa bandeira; qualquer vereador está com ela, até os vereadores que são às vezes mais da saúde, mais da assistência às vezes, porque a partir da educação todo mundo se constrói cidadão, e quem não consegue acessar a educação tem dificuldades nisso. Então, quero aqui passar de volta a palavra ao Presidente, para as inscrições.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, Ver. Jonas por sua manifestação inicial. Acho que o desafio é grande, a municipalização, penso que para municipalizar a educação do ensino fundamental tem que municipalizar os recursos também. Porque acho que a vontade todo mundo tem, acho que não tem ninguém contrário, oposição e situação, quando se fala em educação, de querer uma melhor educação. Muitas vezes a gente esbarra em algumas dificuldades, e eu acho que aqui é o local para a gente discutir como podemos, em conjunto, buscar recursos e que a gente possa trazer a municipalização de verdade tendo vagas para as crianças. A gente sabe que faltaram bastante vagas, principalmente nas escolas infantis, neste ano de 2023. E a gente

também, durante as manifestações aqui, a gente tem que ver o que é que a gente pode fazer, o que a SMED está fazendo para minimizar esse problema. O ideal é que em 2024 não falte vaga para nenhuma criança, principalmente a partir dos quatro anos. Mas agora a lei já alterou, não é? Os menores também são de obrigação do Município, penso que é importante a gente falar isso. A Constituição diz que o Município que é responsável pelo ensino fundamental, mas tem que ver como a gente vai fazer essa transição, porque tem algumas escolas do Município que têm o ensino médio e algumas escolas do Estado que têm ensino fundamental; então temos que ver como é que a gente faz para que não se prejudiquem, em nenhum momento, as crianças. E acho que também é importante que o pessoal da SMED já vá pensando a respeito daquelas escolas antigas, que começaram a ser construídas com recursos do governo federal e depois ficaram paradas as obras, e agora eu sei que o Município está retomando isso, é importante a gente saber em qual situação que estão e qual é a perspectiva para que em 2024 estejam funcionando. Também sei que a SMED está fazendo já alguns editais para novas parcerizações, para aumentar também o número de alunos nas escolas. E outra coisa que o Ver. Jonas falou aqui que é importante é essa questão das profissionais que hoje são contratadas como técnicas, e que se exige que elas sejam professoras. Então, elas têm que ter formação, mas são contratadas.... E eu tenho certeza de que as escolas parceirizadas têm dificuldade, se elas forem pagar pelo piso, elas não vão ter recurso suficiente. E também não sei se a SMED já tem recurso, mas a gente tem que construir uma transição. Acho que o mais importante é a gente fazer uma transição para que essas profissionais possam receber o salário a que elas têm direito. Então, acho que a gente tem que construir, acho que aqui, esta Casa, é o local para a gente ir procurando ajustar para que essas profissionais possam receber o que elas têm direito, e também ajudarmos a SMED para ver se tem recurso, se não tem recurso, como que a gente faz para aumentar os recursos da educação para a Secretaria poder repassar. Acho que não é por falta de vontade de ninguém, e sim de uma construção. E a gente acompanha, eu acompanho há muitos anos aí, nem vou dizer, senão vão dizer que eu sou velho,

já há muito tempo a gente acompanha as escolas conveniadas e a gente sabe que elas tiveram uma evolução muito grande, a própria SMED vem prestando esse auxílio, então vem auxiliando. E as profissionais que antes não tinham curso, estudaram, se profissionalizaram. Hoje elas estão mais aptas, são preparadas. E a gente foi evoluindo, inclusive nos repasses, mas a gente vê que algumas já estão enfrentando dificuldades. Vejo aquelas escolas infantis em que o prédio não é próprio ou que o prédio não é da Prefeitura, que têm o comodato com elas, elas têm dificuldade, elas têm que pagar aluguel, tem uma série de coisas. Então acaba, às vezes, faltando recurso, como a gente sabe que, lá no início, essas escolas recebiam alguns recursos dos pais, hoje elas não podem cobrar, e é justo que não cobrem, a responsabilidade é do Município. Então, o Município tem que arcar com essas condições, e a gente sabe que o Município tem aumentado os repasses, mas, às vezes, a gente vê que algumas escolas já apresentam alguma dificuldade. E se esses profissionais, que são contratados como técnicos, começarem a receber como professores, que seria o correto, vai faltar dinheiro. Então, como é que a gente resolve isso? Eu acho que aqui a gente pode começar esse debate mais ou menos nessa linha, e, claro, outras coisas que vocês têm aí para falar.

Eu vou sugerir aqui de a gente fazer uma primeira rodada, procurar fazer em uns três minutos, porque daí a gente pode repetir, se a gente se estica muito, aí depois acaba faltando tempo para gente ter um teto aí para a gente terminar. Então, podemos começar aqui pelo conselho? A Sra. Aline Kerber, do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre, está com a palavra.

SRA. ALINE DE OLIVEIRA KERBER: Boa tarde a todos e a todas, vereadores, presidente Mauro Pinheiro, Ver. Jonas Reis e o Ver. Gilson Padeiro. É uma satisfação estar aqui com vocês, aqui ao meu lado, a prof.^a Sônia, também conselheira do Conselho Municipal de Educação e coordenadora-geral do Fórum Municipal de Educação; aqui à direita, a Lizelle, que é assessora técnica do Conselho Municipal de Educação. Então, cumprimento a Lizelle, que tem feito um trabalho essencial para o fortalecimento do controle social e pela educação

social de qualidade no Município de Porto Alegre; cumprimento também as gestoras Julia, Izabel, Cindi – lutadora Cindi, do Simpa; e também a nossa conselheira, a Elaine, pela Asafom e pelo Fórum. Então, para nós, é um momento importante porque realmente, neste momento, no País todo há as pré-conferências municipais, estaduais, e, o ano que vem, vai ter a Conferência Nacional de Educação. E as conferências giram em torno do Plano Nacional de Educação, dos planos estaduais e dos planos municipais de educação. Então, estamos completando aí quase 10 anos do Plano Nacional de Educação, com as 20 metas já mencionadas, algumas já mencionadas, mas o quantitativo mencionado pelo Ver. Jonas é... E nós, em Porto Alegre, em 2025, fecharemos esses 10 anos, e o papel do Conselho Municipal está bastante claro em relação à avaliação, ao acompanhamento do Plano Municipal de Educação. Também a aprovação de um novo plano a partir da participação, a partir da gestão democrática e a partir dessa mobilização da cidadania, do conjunto daqueles que executam a educação, que implementam, que formulam, que avaliam a educação, sobretudo no âmbito do sistema municipal de ensino.

Então, gostaria de destacar, em relação ao Plano Municipal de Educação, nessa primeira rodada...

Não fiz minha autodescrição, acho que é bem importante. (Procede à autodescrição.)

Então, em relação ao Plano Municipal de Educação, que são 23 metas, complementando o Ver. Jonas, a meta 21 é da avaliação da qualidade da educação infantil, que é uma meta bem importante; a meta 22 é da regularização das escolas da educação infantil; e a meta 23 é das políticas para direitos humanos e ERER, que também acaba sendo uma boa prática que Porto Alegre tem em relação à meta 23 de inovação e também de indução de uma política municipal de educação antirracista.

Em relação às diretrizes desse Plano Municipal, e aí, nesse início de debate, a diretriz número um, a erradicação do analfabetismo; a segunda diretriz, universalização do atendimento escolar e, a terceira, superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na

erradicação de todas as formas de discriminação. Então, aqui são digamos os pilares desse plano, e, a partir disso, que a gente precisa fazer uma análise das dimensões, que aí entram as metas e entram as estratégias.

Do plano, da meta um, que eu gostaria, então, de destacar, também já mencionado aqui, da universalização na educação infantil, de quatro a cinco anos de idade, para as crianças dessa faixa etária, e também do atendimento mínimo de 50% até três anos de idade. O que a radiografia do Tribunal de Contas do Estado traz agora para o ano de 2023? Que faltam 29 mil vagas em diálogo com o Plano Municipal de Educação. Esse é um dado, e dados são construídos, tem uma metodologia, mas temos de demanda manifesta, e depois a gestora que vai falar, mas o dado que nós temos de aproximadamente 6 mil crianças na educação infantil que apresentaram... aí entra pré-escola, de zero a cinco, isso de demanda manifesta. Então, temos dois dados que nos mostram o déficit, a ausência, mas que tem nuances diferentes e quantitativos diferentes, e acho que, mais do que qualquer coisa, precisamos pensar o que está faltando para a gente, efetivamente, equalizar e ter uma congruência em relação aos dados, porque é demanda manifesta de um lado e é um indicador sendo apresentado numa proporção muito grande de ausência em diálogo com o plano e com a meta um.

E também gostaria de destacar, hoje é Dia da Saúde Mental, e a gente tem acompanhado muito a questão da educação inclusiva na educação, que é meta quatro do plano, a questão da universalização de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência. Educação inclusiva é um grande desafio, vocês sabem temos a [Resolução nº 013, de 2013](#), logo depois veio a [Lei Brasileira de Inclusão](#), de 2015, que orienta alguns outros caminhos, mas temos ainda uma indefinição em relação às funções do apoio à inclusão do monitor, que profissional é esse, o que ele faz. Esse arranjo entre a saúde, a educação, a assistência, o modelo, e, claro, quem define o modelo, definindo as políticas públicas, os modelos são garantidos. E o modelo que está sendo tensionado, e que a gente entende que é fundamental para fortalecer a Meta 4, é o modelo biopsicossocial, aquele que enxerga, na integralidade, essa criança e que vai, evidentemente, compreender

esse pós-pandemia, todos os reflexos, a dimensão da violência na escola. Mas o que a gente percebe, além dessa falta de definição de modelo, que é a política pública que define, a falta de definição das funções desse agente, que a nossa Resolução nº 13, de 2013, do CME, digamos, deixou esse vácuo. A gente percebe muito a falta de valorização e de capacitação profissional, do conjunto dos atores e atrizes que atuam na educação. Essa falta de capacitação, porque os desafios são muitos, há muitas complexidades, e há também muitas deficiências que se somam.

Junto a isso, a desconfiança e a desvalorização dos professores também sendo colocadas, e aí entra o *homeschooling*, aí entram várias pautas que não fortalecem a educação social para todos. Essa Meta, então, é muito estratégica para que a gente possa efetivamente avançar e garantir que todos os estudantes, sobretudo esses com deficiência, estejam na escola.

Para fechar essa primeira rodada, eu gostaria de abordar a Meta 19 do Plano Nacional e, também, do Plano Municipal de Educação, que apresentava a questão de que, em até dois anos, portanto, até 2016, a gestão democrática da educação seria fortalecida junto às comunidades escolares, no âmbito das escolas públicas, prevendo recurso e apoio técnico da União para isso. A gente não observa, fazendo uma análise de programas, de projetos, essa indução da gestão democrática, ao contrário. Aqui, em 2022, vocês aprovaram duas leis que vão de encontro à gestão democrática, que é a Lei do Sistema Municipal de Ensino, que, inclusive, exclui escolas como a Emílio Meyer e a Liberato, que, talvez, seja o mais grave, mas tira competências do controle social, que é o Conselho Municipal de Educação, sobretudo com a nova Lei do Conselho Municipal de Educação, ambas as leis de 2022, aprovadas nesta Casa, e que retira a autonomia do conselho, dizendo que ele está subordinado à secretaria, dizendo que ele está subordinado e homologado, inclusive o seu funcionamento, que se dá pelo Regimento Interno, a partir de decreto do prefeito.

Então, isso coloca, sim, em xeque a autonomia do controle social da educação, Meta 19, e que é fundamental. Mas não só isso, na Meta 19, a Estratégia 19.5 frisa que, para fortalecer os conselhos de educação, é fundamental recursos

humanos, espaço físico, recursos financeiros, equipamentos de transporte. Hoje o Conselho Municipal de Educação, senhores vereadores, está sem sede. A nossa sede está interditada, temos só dois servidores, uma delas está aqui, duas assessoras, e são servidores de carreira do Município, assessorando um colegiado de 44 conselheiros, que tomaram posse agora, em maio. E nós, a Júlia, que é uma das conselheiras; a Elaine, outra conselheira; a professora Sônia – desde maio que a gente tomou posse. Em julho, eu fui eleita presidente do conselho e, agora, que aprovamos três meses de trabalho, mais de 50 horas de trabalho da comissão especial para a elaboração do Regimento Interno, e, no momento, está para homologação do prefeito. Estamos em condições bastante precárias de controle social para fazer o que devemos fazer, que é o monitoramento e o acompanhamento do plano e a aprovação do próximo plano decenal para que a gente possa, efetivamente, ter uma educação democrática, plural, laica, para todos, inclusiva. Vamos adiante, vou compartilhar a palavra, agradecendo este momento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Sra. Cindi, do Simpa, está com a palavra.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Boa tarde a todos e a todas presentes aqui. Como foi anunciado, eu sou a Cindi, sou a diretora-geral do Simpa, Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, e, até que a diretora Rosele não chegue, eu também, solidariamente, faço aqui uma representação simbólica da ATEMPA, da nossa Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre, os trabalhadores e as trabalhadoras do Município de Porto Alegre que, inclusive, foi a que fez a solicitação deste debate aqui. Permita-me, Aline, presidenta do Conselho, citar a tua fala e dizer que, depois dessa explanação feita pela presidenta, eu digo para vocês que o melhor diagnóstico da situação da rede municipal hoje, do ponto de vista da elaboração e da execução das políticas públicas, eu ouvi agora, neste momento, por parte da Aline. E quero

referendar algumas questões aqui, aproveitando este momento que vocês estão nos dando a possibilidade de manifestação.

A partir da lógica de que nós estamos discutindo aqui a elaboração de um documento, que é de efetivo planejamento e execução de uma política pública, nós devemos levar em consideração, sim, todos os entes que fazem parte desse cenário. Nós falamos do aluno, quando a gente fala de acesso, quando a gente fala de permanência, e, no caso da permanência, um recorte muito importante apontado aqui, também, na fala da Aline, que é a questão da inclusão. Falamos, também, da aprendizagem, onde, nesse caso, há uma grande preocupação por parte da representação dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação deste Município. Quando a gente está falando aqui da execução de uma ação de inclusão, quando falamos aqui desse programa que está sendo instalado pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, que se refere à questão da inclusão escolar, onde, a nossa maior preocupação, infelizmente, ainda não é do resultado disso, mas da falta de planejamento disso, sem ter compromisso com o resultado, com a qualidade do resultado, que se pressupõe, que é o desejo, que é o objetivo de ser atendido.

Se eu tivesse mais tempo, eu gostaria de desenvolver um pouco mais essa questão, mas vocês viram que já houve várias manifestações por parte dos familiares desses alunos, por parte dos profissionais que atuam com esses alunos, desde a questão mais simples, que é do vínculo com o aluno, até a questão de fato da garantia, da qualidade e da aprendizagem desses alunos dentro da escola. A gente sabe muito bem que nesse caso, por isso que eu quero ressaltar aqui, Aline, a rede municipal de ensino... E eu tive o prazer de acompanhar, junto com a Sônia, também a elaboração do Plano Estadual de Educação desse último decênio. Eu estava lá na central de vagas, na Seduc, e digo para vocês que, sim, a rede municipal de ensino é a maior ofertadora de vagas para inclusão. Nós temos, hoje, na rede municipal de ensino, o maior número de crianças incluídas, que a rede privada não atende, que a rede estadual não atende; e que a cada dia, a cada turno, a cada período, aumenta o número de alunos incluídos. A resposta dada pelo gestor, infelizmente, na minha

opinião – repito aqui – é uma resposta insuficiente, porque ela não trabalha na projeção do que, de fato, é o objetivo que será atingido a partir dessa política que está sendo executada, com todos esses atores dizendo: “Não vai dar certo.” Do ponto de vista do aluno, também falo aqui da municipalização que já foi falada. Esta municipalização, vereador, eu gostaria imensamente que ela pudesse ter sido construída a partir de um diálogo, de parceria, de um diálogo de corresponsabilidade entre o governo do Estado e os governos municipais, porque isso não é uma questão que atinge só Porto Alegre. O governo estadual está tratando disso no território inteiro, e eu não sei se vocês viram, teve a reunião com a Famurs, e a quantidade de prefeitos que disseram: “Não quero isso.” Aqui em Porto Alegre, nós estamos enxergando novamente, estamos em tratativas com os representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras da rede estadual de ensino, e novamente a gente não enxerga ali o que é exatamente a forma de execução dessa proposta no Município de Porto Alegre. Não há efetivamente um projeto apresentado de começo, meio e fim por parte do governo do Estado para ser executado no território de Porto Alegre. Não estou falando dos outros territórios, que infelizmente, parece que é a mesma coisa, porque nós estamos ouvindo aí o CPERS falando. Legitimamente falando, com autoridade falando. O que nós temos aqui em Porto Alegre é uma situação que vem desde antes da elaboração do plano municipal, quando a gente falava da garantia do acesso e da permanência, quando a gente falava de novo da garantia da aprendizagem. O acesso à permanência, a gente tem aqui a questão da territorialidade de cada uma dessas escolas que estão sendo apontadas pelo governo do Estado, e eu conversava ali com a Juçara... Tem, sim, uma grande problemática nesta cidade acerca de como é que enxerga o mapa e como é que instala no mapa as políticas públicas que esses governos vêm desenvolvendo. Não combinam, o mapa da cidade de Porto Alegre não combina com a municipalização que o governo do Estado quer fazer. Por que? Porque não tem mais Vou à Escola, cara conselheira, não existe mais. Os alunos não têm mais direito a um acesso gratuito via transporte público para as escolas públicas de Porto Alegre. Não existe mais isso. Nós não temos mais, e nem teremos, pelo

jeito, porque já está sendo instalado esse processo, um debate, uma análise da condição de o que fazer com os alunos daquele entorno que estão em escolas com pouca matrícula, sim, com a escola com dificuldade de manter esses alunos, sim, que será pior se o deslocamento for maior, não é? A escola que é bem pertinho, são 100 metros uma da outra, mas são 100 metros de uma subida íngreme, que a mãe com os dois filhos e um no colo não vai subir todo dia para levar os seus filhos. Então, essas situações entrelaçam-se com as condições socioeconômicas da cidade de Porto Alegre e das comunidades que as escolas públicas atendem, e principalmente as escolas municipais. Vocês saibam que todas as escolas municipais, menos a CMET, estão colocados em locais de vulnerabilidade social. Eu não estou falando de local de bandidagem, de marginalidade, não; estou falando de local de pobreza, de exclusão social. É ali que estão localizadas as nossas escolas. Essa condição da municipalização também nos preocupa muito, além, inclusive, da questão do acesso e da permanência do aluno, mas também da questão de como é que vai se dar a relação de trabalho desses profissionais que saem do Estado e vão atuar dentro de uma escola municipal. Vou parar por aí, porque eu sei que o tempo já passou dos meus 3 minutos, mas eu queria colocar a última questão, que eu estava falando, por enquanto, só dos alunos. Eu queria só colocar em relação aos profissionais. Me lembro que houve uma consideração, acho que é sua, vereador, acerca do quanto progrediu a questão da formação dos profissionais das entidades parceiras, que tem o nome da privatização, mas que é uma privatização no caso das conveniadas. Eu também tive o prazer de acompanhar todo esse processo, e digo para vocês que a responsabilidade, quando não vem junto com a privatização, ela é absolutamente negativa para o resultado dessa ação. Quando a gente enxerga o governo estadual, o governo municipal simplesmente transferindo responsabilidade da execução da política pública e fechando a porta e dizendo agora é com vocês, CNPJ, façam como acharem melhor, nunca deu, nem nunca dará certo. Quando a gente fala de formação dos profissionais que atuam nessa rede parceirizada, que eu vou continuar dizendo conveniada, mas é tudo a mesma coisa, tenho certeza que a Elaine vai

reconhecer aqui o quanto foi importante a mobilização dos próprios profissionais que atuam nessa entidade, que fundaram a AEPPA – Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre. Eles inclusive conquistaram há pouco o curso de pedagogia na UFRGS. Não foi isso? Pois, então. Não foi dado infelizmente pelo Executivo municipal o direito ou a condição de acesso, teve que ter muita luta junto com a Faced, sendo parceira, não é isso Rosele? Está aqui a Rosele, nossa diretora da ATEMPA chegando. Para terminar, eu não posso deixar de dizer que a questão em relação aos servidores, às servidoras, aos educadores e às educadoras que compõem a rede pública do Município de Porto Alegre, o que a gente traz de consideração, infelizmente reafirmando aqui? Nós temos 10 anos de atraso no que se refere à questão do piso, à questão da LDO, que significa que foi recentemente aprovada agora, não reconhecendo a necessidade da reposição da inflação do salário dos servidores do Município, que está em mais de 24% hoje. Piso nacional do magistério aqui a gente não fala há bastante tempo, nós tínhamos o maior vencimento básico do país há 10 anos atrás, há 15 anos atrás. Hoje, a gente está com essa defasagem de 24%. Então, quando a gente fala de valorização profissional, a gente fala também – aí eu peço licença, com todo respeito, fazer essa crítica à gestão da SMED, que está aqui ao meu lado – do protagonismo dos profissionais da educação que atuam diariamente na escola, dando conta de todas as questões, desde a violência dentro da escola, da violência no território, que, por sinal, vocês viram ultimamente como foi lá na Mário Quintana, em que tivemos de fazer uma intervenção para sensibilizar a Secretaria Municipal de Educação, e está aqui a representante da sensibilização, que eu reconheço o quanto foi diferente, quando a Izabel trouxe para nós a responsabilidade política da SMED de poder dar conta, de fazer uma parceria diferente, quando se enxerga, lá dentro daquela comunidade, a necessidade de ter uma ação permanente de formação, de parceria, de presença do gestor para dar conta de contribuir em todos os conflitos que lá dentro, e como resolvê-los. O gestor da escola, que bem disse a Aline aqui, infelizmente também sofremos uma grande perda quando esta Casa concordou com governo municipal e quebrou a espinha dorsal da gestão

democrática da escola, quando acordou e acolheu o fim da eleição de diretores nos moldes que a gente tinha e que obviamente não é o que atende hoje, o que nós temos hoje. Há necessidade, sim, de ter espaço de interlocução dos profissionais da educação junto ao gestor, junto à gestora, com formação continuada, sim. Não é com a empresa que vai lá apresentar para a escola que são esses números, esses valores. E desculpa, de novo, apontar aqui, nós estávamos na CPI ontem, pela manhã, enquanto estavam abrindo a porta da SMED para buscar mais comprovações, de, infelizmente, a gente ser testemunha de ações, eu vou chamar de inadequadas do ponto de vista da decisão que tomaram em relação a usar o dinheiro público para educação, para compra, para aquisição, para contratação de CNPJs, que o resultado disso é só dor de cabeça para a SMED. Espero que ela esteja compreendendo isso.

Então, valorização profissional, condição de que haja a primeira formação, a segunda formação, a terceira formação, que tenha possibilidade de o profissional levar o conhecimento para dentro da escola e desenvolvê-lo dentro da escola, através dos projetos, porque a gente ganhou títulos e mais títulos, não sei quantos anos, pela produção acadêmica que levávamos para dentro da escola para realizar o trabalho pedagógico com os alunos. Hoje nós não temos nem espaço para isso. Hoje tem que, pedir por favor, pelo amor de Deus, para reduzir a carga horária para poder dar continuidade na sua formação. A SMED vai dizer aqui que agora começou a chamar profissionais. Gente, nós estamos há pelo menos uns seis, sete, oito anos em defasagem de número de profissionais, por escola, sempre faltando. Falta professor? Falta. Falta monitor? Falta. Falta equipe diretiva? Falta. Falta SIR? Falta. Falta o que mais, Rosele, depois tu podes continuar dizendo o que falta. Falta, falta, gente.

Nós estamos falando de uma rede municipal de ensino que, se a SMED vai dizer aqui que faz, então ela que diga desde que dia que ela está fazendo, porque faz tempo que não faz, tanto que sobrou para rede municipal muita precarização. Nós queremos ter o prazer de ver, nesse Plano Municipal De Educação, que vai começar a ser elaborado a partir da conferência municipal do dia 27 e 28, que isso seja contemplado ali, que haja o reconhecimento da necessidade de os

profissionais terem formação, dos profissionais terem condição de elaborar e executar o seu trabalho pedagógico dentro da escola, com a anuência da SMED, sim, e não simplesmente ela dizendo que, sim, façam o que quiserem ou não. Tem que ter uma proposta político-pedagógica organizada pela rede municipal, por isso as conferências, por isso essa conferência ter esse objetivo também, ter o objetivo de elaboração do plano político-pedagógico da rede municipal de ensino para o próximo decênio. Esse é o sonho de consumo que nós queremos ver realizado nesse plano municipal.

PRESIDENTE MAURO PINEHIRO (PL): A Sra. Sônia Mara Ogiba, representante do Fórum Municipal de Educação de Porto Alegre – FME-POA.

SRA. SÔNIA MARA OGIBA: Muito boa tarde a todos e todas. Cumprimento aqui à Mesa, Ver. Mauro Pinheiro, presidente da CECE; Ver. Jonas, companheiro de algum tempo nos movimentos sociais e nas discussões sobre educação e aqui na Câmara mesmo; Ver. Gilson; muito obrigada pela acolhida. Também quero cumprimentar a nossa presidenta do Conselho Municipal de Educação, Aline Kerber, muito me orgulho de fazer parte desse atual conselho como conselheira; a Lizelle, nossa assessora técnico-pedagógica, pela excelência da assessoria e do apoio que ela nos fornece. Cumprimento também a minha adjunta à coordenação do fórum, a Elaine, que é a primeira adjunta, nós temos duas adjuntas, e a Elaine representa a Asafom, essa coordenação geral que eu tenho sobre minha responsabilidade. Cumprimento a colega Cindi, parceira conhecida de outros espaços e de lutas, como foi também a elaboração do plano estadual, que não foi nada fácil também naquele espaço. Enfim, chegamos até uma definição que perdemos na Assembleia Legislativa algumas questões conquistadas no plano e perdemos na Câmara de Vereadores também algumas conquistas que o plano municipal trazia no âmbito e no campo dos direitos humanos. Vamos ver se a gente recupera agora para o próximo decênio. e as minhas colegas parceiras da SMAED, professora Isabel, professora Júlia, muita satisfação poder ouvi-las aqui também sobre esse importante instrumento

de gestão que um plano de educação possui, como estatuto mesmo, um plano não é só um plano, ele é um instrumento de gestão, portanto, é muita responsabilidade. Primeiro, a construção desse desses planos, segundo, o acompanhamento da implementação e o monitoramento e avaliação dessa implementação.

Eu pretendo ser rápida nesse primeiro conjunto aqui de três minutos, Ver. Mauro. Eu gostaria muito de começar pelo próprio Fórum Municipal de Educação. Eu esqueci de cumprimentar a diretora da ATEMPA, satisfação Rosele, muito prazer em conhecê-la aqui pessoalmente. Mas eu queria começar pelo próprio Fórum Municipal de Educação de Porto Alegre. Eu acredito que todos que estão aqui, não só na Mesa, mas nos acompanhando ali na plateia, que é fácil de perceber como os sistemas de educação, seja municipal, estadual, federal, vêm padecendo e carecendo de uma maior, digamos assim, contribuição daquilo que é lei, inclusive, o art. 7º do nosso plano, mas também está no Plano Nacional, reconhece que o regime de colaboração entre União, Estados e municípios é fundamental para que a gente possa alcançar essas metas definidas no plano. Então é um conceito importantíssimo na construção desse plano e na prática das políticas públicas, é um regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. Então, se a gente reconhece que esse conceito, essa prática, esse dever de lei não está há algum tempo sendo possível de ser implementado na sua pureza, digamos assim, de regime de colaboração, eu queria colocar como é que fica a situação dos fóruns, que são tanto estaduais, nos diferentes estados, são distritais, de Brasília e outros que têm nessa direção, e são fóruns municipais. Eu estou na coordenação do Fórum Municipal de Porto Alegre desde 2020, tive uma gestão de 2020 a 2022, infelizmente, para todos nós, foi dentro de um contexto completamente adverso de trabalho e de vida para a educação, que foi o período da pandemia, e estou nessa segunda gestão, que iniciou no ano passado, e tenho lutado com todas as forças de uma professora já com quase seus 40 anos de magistério na universidade. Eu entrei em 1984, na Faculdade de Educação da UFRGS, então, educação, para mim, como para muitos de nós aqui, está no sangue, ela é aquilo que o Paulo Freire

disse, ou ela é educação e, portanto, nos implica como construção da cidadania da população e a nossa própria, e ou ela não é educação. Então, eu acredito que nós vamos viver um novo momento, eu tenho esperança de que esse é um outro momento na educação deste País, com, agora, a conferência, que é extraordinária, mas é uma Conae – Conferência Nacional de Educação, que a gente vai poder revitalizar esse espaço, os espaços dos fóruns no País. O fórum municipal foi criado por uma lei, portanto ele é um decreto do prefeito à época, foi criado em 2016, é um fórum recente, mas ele é uma lei estabelecida pelo decreto do então prefeito na época, em 2016, que eu acho que era o prefeito Fortunati. E os fóruns são parte do Plano Nacional de Educação, existe a obrigatoriedade de cada município, de cada Estado ter um espaço no território, no seu território, composto por entidades, movimentos sociais, universidades, movimento estudantil, sindicatos, enfim, toda uma representatividade da sociedade civil nesse espaço. Então, nós tivemos um período muito positivo no fórum municipal, de 2016 a 2018, portanto, dois anos em que trabalhamos com muito apoio, com muita dedicação dessas entidades. Iniciamos o fórum com quase 30 entidades representativas da sociedade nesse espaço, tivemos uma baixa, vamos dizer assim, durante a pandemia, mas eu não gosto muito de usar esse demarcador da pandemia, da crise sanitária, porque a gente que vive e respira educação sabe muito bem que a educação padece, aliás, eu acho que a gente ainda pode dizer, se os historiadores da educação não ficarem chateados comigo, mas acho que não, que ainda vivemos uma época imperial da educação, nós não saímos ainda da colônia, do império, falando do ponto de vista histórico, porque é uma questão dessa sociedade, é uma questão deste País. As desigualdades sociais, regionais, são muitas, ela é muito rica pela diversidade da nossa cultura e da nossa população, mas, no entanto, os interesses do capital, que agora tem um nome muito especial, mas já teve vários nomes, não privilegia essa diversidade e aposta na formação de uma classe, que é uma casta, para dominar o País em alguns campos específicos do conhecimento. Enfim, então é uma dificuldade a gente poder, nesse período agora, colocar esperança nos professores, nas entidades, nos movimentos sociais, para

participar desse importante espaço de trabalho que são os fóruns, tanto o fórum estadual quanto o municipal. Bem, então eu queria lembrar disso assim, que eu conto com essa esperança, de que nós vamos passar para um momento melhor na educação, tanto aqui no nosso Município, quanto nacionalmente falando, para que a gente possa ter as entidades de novo, participando desse trabalho. A CECE, Ver. Mauro, é uma das entidades que têm representação no fórum municipal e que é muito importante para nós estar nesse diálogo aqui, justamente com esta Casa, que é a Casa do Povo, que vê os interesses da educação como um todo aqui. Esse é o primeiro aspecto que eu desejaria colocar.

O segundo aspecto que eu queria referendar é que é competência do fórum municipal por lei, por decreto de criação, pela lei do plano nacional, pela lei do plano municipal, que ele é o espaço legítimo e responsável pelo monitoramento e avaliação do plano, e não só isso, mas pela sua implementação, acompanhamento e proposição de novas políticas ainda em relação a vários temas que o plano contempla, um deles é o próprio financiamento, que é muito importante de lembrar. E o fórum então não pode ser esquecido por nenhum movimento desta Câmara de Vereadores, e eu agradeço a oportunidade de estar aqui, eu já estive outras vezes aqui, porque esse é o espaço onde a gente vai aprovar o Plano Municipal de Educação, é o último espaço que se aprova; a primeira instância é o conselho municipal, ele aprova na sua instância, mas ele é construído dentro do fórum, com essas entidades que fazem parte do fórum, inclusive o Conselho Municipal tem representação no fórum; a SMED tem representação no fórum, a Câmara de Vereadores e várias outras entidades que eu não vou citar para não me alongar aqui. Então, estou nessa luta assim, com esperança de que consiga, com apoio dessas entidades e da Câmara de Vereadores, dar uma visibilidade maior para o fórum e acompanhar esse trabalho, que é feito naquilo que é muito importante para definição do plano, vamos pensar assim, mas não só do plano municipal, mas que é o espaço das Conferências Municipais de Educação, que são etapas preparatórias para a conferência nacional e os congressos municipais em educação – acho que o

último a gente teve foi em 2015, se não me engano, se não me falha a memória, que foi quando aprovamos o plano municipal, o plano foi aprovado, naquela naquele momento a gente não tinha um fórum estabelecido, que foi constituído em 2016, foi aprovado num congresso municipal de educação. Nós temos que revitalizar, nós temos que trazer novamente os congressos de educação, onde então todos os entes, os movimentos, enfim, estão ali contribuindo para a melhoria da qualidade social dessa educação municipal. Então, temos isso, temos o monitoramento e avaliação do plano, temos a definição de políticas, como o fórum, temos a realização das conferências, agora então ocorrendo já no dia 27 e 28 de outubro, vi que vários daqui já estão inscritos para participar; nós temos então, dia 27, no final do dia, a abertura, com aprovação de regimento, no Teatro Dante Barone, já estamos com praticamente 300 inscrições; provavelmente vai quase chegar nas 500 porque no Teatro Dante Barone acho que não cabe muito mais que isso, mas, enfim, a gente está prorrogando por mais uns dois, três dias, as inscrições; no dia 28, que é um sábado, manhã e tarde, teremos as plenárias de eixo na parte da manhã, a plenária final, eleição dos delegados para gente encaminhar para o Estado, para ser referendados, para ir para nossa delegação do RS para Nacional. Então, fica o convite para todos, desse importante evento que o território de Porto Alegre vai realizar. Dá muito trabalho, mas vale a pena, porque é um embrião que começa, a discussão do novo plano, do novo Plano Municipal de Educação. Por enquanto eu fico assim, agradeço; a gente volta numa outra rodada, se for possível.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Vou pedir licença, normalmente fico até o final, mas hoje eu tenho um compromisso, vou passar a presidência da comissão para o Ver. Gilson Padeiro, nosso vice presidente – já estávamos conversando porque nós vamos tentar fazer uma conversa com Presidente da Casa, Ver. Hamilton, já que sempre sobra recurso da Câmara no final do ano, a gente vai tentar fazer um *lobby*, um *lobby* do bem, para que esse recurso da Câmara seja direcionado para educação. A gente sabe que há bastante necessidade, principalmente de vagas, daí a gente discutir como a gente pode;

isso é uma promessa de nós discutirmos com o Presidente, que tem a prerrogativa, conversar com os comunitários, principalmente do altos da Glória.

(O Ver. Gilson Padeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): A Sra. Rosele Cozza Bruno de Souza está com a palavra

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Boa tarde; então, assim, primeiro quero saudar todos e todas, dizer que é bom ver a Izabel aqui, porque a Izabel fez parte do fórum de diretores, um fórum que ainda não é legalizado, mas ele um fórum político, legítimo; também a nossa ATEMPA, que vem aí acompanhando essa luta, tentando mostrar, acho que isso é uma... A gente vem falando, e cada vez que eu venho aqui, eu digo: a gente vem falando, a gente vem falando. Talvez esse seja o momento de a gente pensar que está nas nossas mãos a possibilidade de mudar alguma coisa, de começar a mudar alguma coisa. Nós temos aí uma rede que sofreu muito, que vem tentando se recuperar, mas que a falta, como disse a Cindi, ela é a marca de hoje, falta e falta muita coisa. E nos preocupa alguns encaminhamentos no sentido de que a gente vem alertando há algum tempo que não é o caminho, mas aí quando as soluções vêm, elas vêm sempre pelo caminho que não é o que a gente está sinalizando que seria alguma coisa; então, assim, nós estamos nas comunidades, nós vemos o impacto – nós vimos e estamos vendo o impacto que que representa, tanto essa falta de políticas públicas, de rede, isso é claro, assim, com a violência, a miséria, as doenças, aquilo que a gente fala – todas as vezes que a gente veio aqui para tratar, nesse ano a gente teve bastante reuniões, a primeira foi da violência, depois nós tivemos a da falta de recursos humanos, depois nós tivemos a inclusão; são todos os temas que estão nos eixos que a gente vai discutir, mas que a gente precisa parar e definir algumas coisas, e tem que ser logo, porque a gente já está há bastante tempo tentando reverter algumas coisas, a gente rema, rema, rema, e a sensação é que a gente

está sempre morrendo na praia; então, assim, estamos, não sei se alguém já falou, mas nos preocupa bastante essa questão da municipalização, como vai ser feito isso! Nós temos falta de vagas há bastante tempo, que a gente vem sinalizando; lá na minha escola, na região em que o Jonas mora, nossa região ali, há alguns anos eu tenho sinalizado para gestão de vagas. Aquela falta que antes lá da educação infantil – lembra Lizelle, quando eu ia lá e brigava: “Eu quero turma.” Eu tinha que abrir turma; antes, estava na educação infantil, gente; agora está no ensino fundamental. Nós temos lista de espera de crianças; eu tenho ainda hoje, de primeiro ano, lista de espera! Então, assim, isso é grave, porque nenhuma escola da minha região ali tem vaga para primeiro ano, tem criança que ficou fora de escola – a Aberta dos Morros, que pega ali a Zona Sul, Hípica. Tem gente que bota Aberta dos Morros, tem gente que bota Vila Nova, Ipanema, Hípica. A gente fica... É Aberta dos Morros. Mas é uma região e, se ali está assim, outras regiões também estão. Eu acho que a gente precisa olhar para isso, precisa olhar para essa inclusão. Nós estivemos aqui na última vez com o secretário e ele falou dessa nova parceria. A gente aponta que tem coisas que não podem ser assim. Estamos tentando mostrar, tentando buscar um caminho. Como a Cindi disse, a valorização dos profissionais – porque parece que a gente está sempre puxando a brasa para o assado –, mas não tem como a gente ter uma educação de qualidade sem pensar na valorização dos profissionais, sem pensar em qualidade de trabalho para esses profissionais. Agora mesmo a gente conseguiu que o secretário marcasse a nossa reunião para um GT do ponto, que a ATEMPA, que o Simpa... A Izabel ainda estava no fórum quando a gente pedia um GT do ponto. Ainda era da época da secretária Sônia. Ele é um sistema arcaico, um sistema difícil, um sistema burocratizado. Isso é qualidade de trabalho. Quando a gente fala dessas coisas, não é pouca coisa, gente; a gente precisa ter tempo para planejar o pedagógico. Hoje, a gente vê que as equipes estão sobrecarregadas pela falta de profissionais, porque a gente tem que entrar, muitas vezes, em sala de aula, a equipe entra; e pela falta de tempo, porque o burocrático nos consome. Tem toda uma inclusão, que a gente precisa pensar, porque a inclusão não é só aquela criança que está na

sala de aula, mas é essa família, que a gente tem que ajudar, porque, muitas vezes, é uma família que não tem as condições para buscar as ajudas necessárias. É uma família que acha que a escola não quer aquela criança, quando, na verdade, o que a escola quer é que a criança fique bem dentro da escola e que os outros possam ficar bem com ela também. Para isso, é preciso tempo para essa equipe sentar, para essa equipe mostrar, para essa equipe acolher essa família, e isso sem pessoal, isso sem essa qualidade que a gente fala dos recursos é inviabilizado. Então, a gente precisa pensar, porque, a partir do plano, a gente parte também para os nossos planos políticos das escolas. A gente precisa rever isso. A minha escola, graças a Deus, apesar de que talvez já esteja vencido, mas ele foi acho que um dos últimos a ser aprovado. A gente tem um plano, tem um regimento que está vigente, mas, ao mesmo tempo, ele é atropelado pela falta de uma política mais consistente e coerente da rede. O meu apelo hoje aqui é no sentido de que a gente possa fazer aquilo – e não estou assim fazendo nenhuma crítica maldosa, não é isso –, mas é que a educação é sempre, sempre, pauta de propaganda eleitoral, independentemente de quem quer se eleger. A educação sempre está, porque ela deve ser mesmo. Mas a gente precisa então olhar para essa educação, entender do que a gente está falando. O que é educação, o que é a educação no Município. De que essa rede precisa, para podermos entender como ajudar. O apelo é para que esta Câmara seja solidária, seja parceira, e, como vocês agora sinalizaram, para que esse auxílio de fato possa vir mesmo, para que essas ações cheguem a nós de um jeito que a gente possa tornar essa educação de qualidade, de acesso e de direito, que é o direito de todos. Então é isso. Agradeço o espaço.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado, Rosele. Nós temos ainda duas falas para depois entrar a secretaria. Pode ser, Elaine?

SRA. ELAINE TIMMEN: Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos que estão aqui, a gente já conversou um pouco. Estou hoje representando o fórum municipal dos direitos da criança e do adolescente, que tem, como apelido, Fórum de

Entidades. Por que esse apelido? Porque representamos as instituições que trabalham com criança e adolescente, mas também, e principalmente, 216 instituições que executam a educação infantil em Porto Alegre, ou seja, mais de 80% da educação infantil é executada pela sociedade civil. Então, não somos poucos, e merecemos muita atenção. Nós ficamos agora nesse período um bom tempo “Ah, porque nós somos parceiros; porque nós fazemos um trabalho de qualidade; porque somos imprescindíveis ao Município”; no entanto, o valor que é dado como repasse pelos termos de colaboração é aquém daquilo que necessitamos. Se nós hoje já contratamos profissionais com magistério ou pedagogia, cujo apelido, até este momento, é Técnico de Educação Infantil, isso demonstra que, até então, estávamos sendo considerados como assistência e não como educação que somos, tanto que, neste ano, iniciou-se um trabalho todo de reconhecimento de valorização desse profissional, no sentido de sermos acolhidos por um sindicato de educação, neste caso, o SINPRO. Então, neste momento, algumas instituições já estão assinando um acordo plúrimo, para conseguirmos fazer com que esse funcionário seja reconhecido como o profissional que ele é e sempre foi. A Resolução nº 15, de 2014, já dizia que, para trabalhar na educação infantil, tinha que ter magistério minimamente, e os auxiliares com o curso de desenvolvimento infantil, curso de apoio, que é o ensino médio mais esse curso. Sim, neste momento, nós estamos aqui justamente para reivindicar que a CECE, como o grupo que discute a educação propriamente dita mais de perto, perceba que, no momento em que está sendo discutida LOAS, essa LOAS precisa priorizar, sim, a educação infantil realizada pelas escolas comunitárias de educação infantil, que é esse o nome que nós recebemos. Nós fazemos parte de uma rede, então nós precisamos, sim, ser reconhecidos como rede, ser tratados como rede. Hoje, nós precisamos trabalhar sem uma orientação pedagógica consistente. No passado nós recebíamos as nossas assessoras nas instituições, olhando para o nosso dia a dia, olhando para o nosso território, a nossa realidade, e dizendo: “Vamos trabalhar desta forma, assim vocês vão fazer melhor”. Hoje são feitas capacitações no estilo da última – que aí vai uma crítica: Auditório Araújo Viana,

com sei lá quantas, mil, três mil, quatro mil pessoas, uma capacitação que os nossos funcionários, os nossos educadores, porque foram os educadores e quem tem magistério e pedagogia –, uma formação que não alcançou o objetivo de formação. As instituições muitas, falo por algumas que eu soube, viram aquela coisa linda, maravilhosa, que é a educação infantil que o Aldo Fortunati trouxe, olharam aquilo, seus olhos brilharam, ficaram felizes da vida, mas quando chegam na instituição é a realidade que temos, o salário que recebem, considerando que muitos ainda estão assim: já têm magistério e estão fazendo à noite uma faculdade que tem que desembolsar o dinheiro para fazer, e aí a faculdade nem sempre é a melhor faculdade de pedagogia. Também fica aí uma coisa que nós precisamos observar. Também já foi falado aqui para nossa criança atípica, essa criança que apresenta alguma deficiência, alguma dificuldade, principalmente, o que está na moda, o autista, que depois da pandemia ele virou pandemia para nós também, porque ele veio e trouxe, tudo que a pandemia causou veio para as nossas salas e os educadores nossos olhando para aquilo e dizendo: “Como é que eu faço?” E nós, precisando ter apoio pedagógico principalmente nesta área da educação inclusiva, de um psicopedagogo, quem sabe, podendo dar orientações para o educador que está ali e que não tem a formação para inclusão. Alguns já têm porque a gente acaba procurando, acaba fazendo diversas pós e extensões para tentar conseguir compreender esse universo. Mas isso não é possível porque a verba que recebemos não dá para termos aumentado nosso quadro de profissional. Não adianta o Ministério Público encaminhar para nós uma criança que precisa de um monitor: não tem monitor, não adianta! Se encaminhamos para a SMED, a SMED também não tem pernas para atender a todos. Atualmente, agora, mês de setembro, foi questionado isso junto à SMED e foi nos apontada a possibilidade de uma equipe multidisciplinar, mas com atendimento pela saúde. Então não vai ser mais uma vez na instituição que faz o atendimento que precisa esse olhar especializado. Então quando se fala de parceria, a parceria tem que ser parceria, não dá para ser uma parte tentando ser parceiro, mas com as suas próprias pernas, com as suas necessidades e dificuldades. Nós chegamos ao

ponto de não termos profissional para contratar, porque com R\$ 1.900,00, oito horas diárias, 44 horas semanais, ninguém que tem magistério e pedagogia hoje quer se submeter a isso, e a nossa criança está lá, está lá precisando, sim, do atendimento. Se nós hoje já atendemos em torno de 26 mil crianças, sei lá, não me lembro mais o número certo, se ainda tem 6 mil para serem atendidos, quem é que tem que atender, como que nós vamos fazer isso se as nossas instituições já estão no seu limite? Porque se tu queres aumentar uma turma, tu tens que construir, e tu constrói como? Não tem como. A não ser que tu ganhes alguma doação de algum santo que olhou assim: “vou te ajudar e vou resolver as crianças”. Então as regiões estão tendo muitas crianças sem atendimento. Também uma das dificuldades que me parece que vai ser resolvido para 2024 é o atendimento do berçário. O berçário tu só podes ter cinco crianças por educador, e 10 por professor, e aí o custo... Eu prefiro atender jardim onde eu atendo 22 crianças com um professor, ou maternal, que aí é um professor para 10 e com mais um auxiliar tu atendes 20. Então é uma desigualdade enorme que nós, enquanto executores da educação infantil em Porto Alegre, estamos enfrentando. E nos sentindo, sim, muitas vezes ameaçados pela questão assim: “Como é que tu não faz?” Aí o pai vai lá e denuncia porque não deu para atender, porque não tem funcionário, e eu tive que fechar a turma até ter funcionário, ou porque, sei lá, as “n” situações que temos, aí nós ainda temos que responder para a SMED o que está acontecendo. Muitas vezes, sim, uma conversa bem civilizada, outras vezes a gente atravessa e tem que pôr os pingos nos is, porque os pais, muitas vezes eles têm o seu olhar. Eu sempre digo quando meus pais vêm brigar comigo tu tens toda a razão, porque se eu sou mãe, se eu sou pai, eu vou fazer tudo pela minha criança, só que chega um momento que a instituição não consegue, então fica presa. Agora quando eu saí aconteceu, uma criança lá que não tem laudo, ainda está em pesquisa, teve uma crise que nós tivemos que chamar a família: socorro! A família veio e descascou para cima. Eu disse: Bom, eu não posso ficar com ele, eu estou com 22 crianças em sala e um tendo uma crise de jogar tudo para cima dos colegas: é cadeira, é o que tiver na mão, e bate na profe e tudo. Então são situações que nós enfrentamos no dia a

dia. Então assim, é necessário, sim, um olhar muito especial, e que essa Câmara consiga, sim, efetivamente, colocar dentro da LOA um valor específico para as comunitárias, sim, em função de que esse repasse não atende o que é necessário, e aí quando a gente vai visitar as EMEI que deixam a gente tudo babando, querendo fazer o que as EMEIS estão fazendo, e nós tentando, mas o dinheiro não dá, porque nós executamos um trabalho três vezes mais barato para o gestor. Ele gasta em uma EMEI três vezes mais do que gasta com a nossa parceria. Isso não é justo. Então, nós hoje nos propomos a vir aqui justamente no sentido de fazer com que os vereadores, a Casa, que ela consiga comprar essa luta e priorizar na LOA, sim, um valor específico, dizendo: “Olha, aqui tem R\$ 1 mil”. Esses R\$ 1 mil vão para quem? Para a rede parceirizada. Então, neste primeiro momento, era o que eu tinha para dizer. Obrigada.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Muito obrigado, Elaine. Vou abrir inscrição. Agora, com a palavra, Elisabete Charão.

SRA. ELISABETE CHARÃO DE ANDRADE: Olá, boa tarde a todas. Eu sou diretora do Simpa, diretora do Mães e Pais pela Democracia e monitora da rede municipal. Trabalhei muito tempo, cinco anos, no Berçário I. Sei bem como é isso. E sou a mãe de uma criança atípica, que foi descoberta... O início da pesquisa, do diagnóstico, foi em uma creche conveniada. Então, eu conheço um pouco de todos esses mundos. Como colega, eu te digo que a creche conveniada atualmente está praticamente com as mesmas dificuldades que as EMEIs têm. Pode ter um pouco mais de dinheiro, mas a questão de recursos humanos é a mesma dificuldade; a questão de capacitação é a mesma dificuldade que nós vivenciamos; e, também, a questão do atendimento aos alunos de inclusão é a mesma dificuldade. Então, nesses três pontos básicos, a gente está no mesmo barco. De que que nós precisamos? Precisamos, sim, de políticas públicas efetivas para toda a educação, toda a educação pública de qualidade gratuita, como toda a população quer e merece, e paga seu imposto para isso. Eu vejo a questão do acesso à saúde pública. As especialidades de

que os alunos necessitam são muito difíceis. Eu acompanho várias crianças, vários alunos nesses últimos anos, e quem não tem convênio pena muito. E, assim, a gente não quer uma clínica dentro da escola. A gente quer que o serviço de saúde, se ele não atende, que ele faça, sim, as parcerias com clínicas perto das escolas, próximo, nos bairros, e que as pessoas não precisem atravessar a cidade em dois, três ônibus, com uma criança atípica, porque é muito difícil. Eu já passei muito por isso, e ela não aguenta. Ela não fica em crise, ela fica em sofrimento. Aí, essa criança fica durante 2 horas, 3 horas, dentro de um ônibus para um atendimento de 30 minutos e volta nesses dois, três ônibus de volta para casa. A família precisa desse suporte. Essa criança precisa de um atendimento de qualidade perto da sua casa, perto da sua escola. Na última reunião que o GT teve com o secretário de educação, eu disse isso. A Prefeitura tem todos os serviços: tem assistência social, tem saúde. Eles têm que trabalhar junto com a educação, em conjunto, porque, senão, a gente não vai ter uma perspectiva a médio e longo prazo. Essas crianças estão crescendo, e estão vindo mais crianças. Cada vez, tem mais turmas, com mais casos de inclusão, e não se tem esse suporte. As escolas, a gente não recebe esse suporte. Então, a gente precisa, sim, do apoio dos vereadores, do apoio do governo, do apoio do secretário de saúde, para que essas políticas públicas sejam feitas de fato, porque quem está sofrendo é a criança, é a família, especialmente a família em vulnerabilidade social e econômica. Então, assim, a gente precisa realmente de política na prática, não de um discurso bonito, não de uma propaganda bonita, porque quem vê a propaganda na TV e sabe o que está se passando lá na periferia... Eu sou moradora da Restinga, meu filho estuda em uma escola da rede na Restinga. A diferença é muito grande da propaganda para a vida real, e a gente precisa de soluções emergenciais, para ontem, porque essas crianças, o tempo delas está passando, e a gente não está auxiliando. Uma criança que é diagnosticada no berçário tem um crescimento, uma possibilidade de uma autonomia muito maior. Então é isso que a gente espera de vocês.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Muito obrigado, Bete. Agora, com a palavra, Jussara Cabeda, do Centro Comunitário Jardim Renascença.

SRA. JUSSARA CABEDA: Eu sou dirigente da Associação de Moradores do Jardim Renascença e da escola conveniada Brizolinha. Eu acho que a Elaine defendeu bastante bem a questão do salário das professoras. Eu só queria tornar uma proposta prática, que os vereadores, que, como vocês, são só dois, que a gente possa fazer uma emenda e aumentar a verba para o ano que vem, porque nós não poderemos pagar. São R\$ 9 por hora pelo Simpa, e a gente não poderá pagar. No ano que vem, nós vamos ter que aumentar esses R\$ 9 e, sem verba, não tem como. Então, eu gostaria que houvesse um compromisso. Eu sei que tem um vereador da oposição e um da situação, que vocês se juntassem, porque não importa a situação, o que importa é a nossa necessidade, se vocês nos dão essa força de fazer uma emenda para a gente poder aumentar a nossa verba. Podemos fazer uma emenda popular e vocês nos apoiam? Exato. Então, podemos fazer. A questão da inclusão, no dia 3 de outubro, teve uma reunião com a SMED, em que estava a secretária-adjunta – não me lembro do nome dela –, mas estava presente. Ela falou que haveria uma... A parceria com a saúde eu acho que é importante. Nós não precisamos ter um neurologista dentro da escola. Nós precisamos ter alguém que atenda as crianças, porque existe excesso de crianças sendo atendidas. Foi criado o Certa, mas o Certa está com uma demanda enorme, e a gente não consegue. Eu tenho uma turma de Maternal II que tem cinco crianças que precisam ser laudadas, mas não adianta um laudo, a criança precisa ser atendida. Eu posso ter o laudo, garanto duas vagas para aquela criança que tem laudo, mas não adianta o atendimento na escola, ela precisa do atendimento do psicólogo, a família precisa o atendimento do psicólogo, ela precisa de um fonoaudiólogo; quase todas elas têm necessidade de fonoaudiólogo. E aí? Não adianta a gente atender a criança se a criança não vai ter um atendimento para se desenvolver. Então, realmente, aí o que aconteceu? Eu procurei na saúde e a saúde não sabe dessa história que a Secretaria de Educação fez um acordo com a Saúde para pôr nas unidades de

saúde, pelo menos, um atendimento; a saúde não sabe. Eu procurei em todos os sentidos, só não falei com o secretário da saúde, mas falei com a unidade de saúde, falei com a direção do distrito não sabe, e a direção do distrito procurou dentro da Secretaria e ninguém sabe desse acordo. E nos ofereceram esse acordo. Então estão brincando conosco, entende? A gente precisa imediatamente desse atendimento, não é para o ano que vem, é para agora. Nós precisamos ter o laudo dessas crianças, o encaminhamento dessas crianças para serem atendidas; sem isso, a gente não consegue fazer nada.

A questão da municipalização, eu queria colocar que a nossa entidade – eu chamo que nós vivemos num elo perdido –, é um vale que não tem uma ligação próxima com a Av. Oscar Pereira. Tem uma estrada de 500m para chegar no início da vila, a nossa escola fica a 1km da Av. Oscar Pereira. O que acontece? Resolveram que vão municipalizar a nossa escola. Só que não nos falaram como é que é essa municipalização, a única coisa que se sabe é que vão construir mais duas salas, vocês sabem para quê? Para pôr um jardim, e a nossa escola comunitária tem dois jardins, um A e um B, só que não tem demanda para outro jardim na comunidade. Então essas crianças que seriam postas no jardim, nessa escola, elas já estão conosco, inclusive tem uma vaga no jardim A que até hoje não foi preenchida, porque não tem criança para o jardim. A nossa escola comunitária atende já as crianças dessa idade. Então, por que vão construir mais duas salas para pôr jardim? Vários pais já me disseram que eles não querem o jardim, porque jardim eles já têm. A escola é até a quinta série, eles querem sexta e sétima séries, para as crianças não saírem da vila, para estudar fora de lá. Só que não houve uma análise do que havia na comunidade. Então decidem: vamos municipalizar. Mas não vamos analisar qual é a necessidade? Então é uma questão muito séria isso. Eu acho que há um desapegamento da realidade, vocês desculpem, pessoal da SMED, mas vocês não conhecem a vida real das comunidades.

Outra coisa que está acontecendo, agora tem inscrição, para fazer a inscrição a pessoa se inscreve via *on-line*, e pronto; e vocês fazem a definição, criam a lista de crianças, só que vocês não conhecem a mobilidade urbana, se tem ou não

tem como chegar naquela escola. Então nos mandam crianças... Nós temos ali o Vale dos Canudos que fica no outro lado da Av. Oscar Pereira, acontece que as crianças de lá teriam que pegar dois ônibus para irem para nossa escola. E neste ano nós tivemos crianças do Vale dos Canudos, e crianças que eram da nossa comunidade não entraram na lista. Isso é muito sério, gente. Façam assim: antes de vocês definirem a lista, nos chamem que a gente olha e vai dizer se há mobilidade ou não. Aí dizem: ah, não podemos fazer, porque a burocracia define, a regra é essa. Então, a questão prática, gente, tem que ser a parceria. Antigamente a gente definia quais as crianças que vinham, porque a gente conhecia as crianças próximas. Só que não, não pode fazer, porque vocês... A capacidade tem que ser a do computador, o computador tinha uma linha reta de 2km e pronto. Só que 2km não é suficiente, uma linha reta de 2km não analisa a mobilidade. E aí? Como é que fica? Então nos mandam crianças... Teve uma vez que fecharam uma escola que era de Belém Velho, ali do hospital, que eles tinham uma escola, fecharam a escola, e não nos deixaram botar as crianças da vila porque tinha que esperar que aquelas crianças, daquela escola, viessem para nós. Só que aquelas crianças tinham que pegar dois ônibus; nenhuma veio para nós, e nós ficamos com as vagas abertas. E eu insistindo que eu queria e queria porque tinha crianças, e não queriam dar. Então, eu estou falando assim, não fiz um discurso teórico, mas eu estou falando a nossa realidade.

Eu gostaria que vocês não se esquecessem, Ver. Gilson, não se esquecessem que não importa agora a cor partidária nossa, não importa nada, o que importa é a criança. Nós temos que resolver esse problema, tanto das crianças, quanto dos professores. Nós já estamos fechando com o Simpa, nós queremos pagar além dos R\$ 9. Eu acho que o ano que vem nós vamos ter que pagar, no mínimo, R\$ 10 ou R\$ 12 por hora/aula, mas sem verba não dá, e a gente depende de vocês, porque não vai ser da Secretaria da Educação, porque a Secretaria de Educação tem que obedecer à Fazenda e a Fazenda tem que obedecer à PGM. E aí é aquele rolo de gente que estão todos sentados, olhando o mundo através do computador ou através do papel. E aí? E a vida real, fica onde? Obrigada.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado, dona Jussara.

SRA. ELAINE TIMMEN: Presidente, eu vou precisar me ausentar. Eu tenho uma reunião agora. Mas vai ficar me representando a Andréia que também é do Fórum Municipal e faz parte da coordenação. Obrigada.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado. A Sra. Júlia Scalco Pereira está com a palavra.

SRA. JULIA SCALCO PEREIRA: Boa tarde a todos e todas, cumprimento a todos os representantes aqui na mesa, a quem também está nos acompanhando nesse dia, na Câmara. Gostaria de agradecer o espaço para gente compartilhar um pouco daquilo que nós estamos propondo, o que nós estamos fazendo e também contar com mais braços para que a gente consiga, então, de fato, ampliar o acesso, um acesso qualificado, um acesso que seja aquilo que a gente espera para a educação infantil, que é o justo, que as crianças estejam bem acolhidas, que tenham uma alimentação adequada e que possam continuar sendo acompanhadas, não só na educação infantil, mas também depois, no ensino fundamental e médio. Eu sou coordenadora da Unidade de Educação Infantil da SMED, também sou parte, como membro titular, do Conselho Municipal, do Fórum Municipal, estou circulando em vários desses espaços justamente para poder pensar na gestão democrática, é a gente conversar, é a gente trazer ideias e poder depois, enquanto representante da Secretaria, levar essas ideias para a gestão maior.

Eu vou iniciar pelas metas as quais eu sou gestora neste momento, enquanto parte do Plano Municipal de Educação que se refere, então, ao acesso à educação infantil, tanto de zero a três quanto de quatro a cinco anos. Inicialmente, relevar sobre a qualidade – pena de a Elaine não poder estar presente neste momento –, eu acredito que, tanto as escolas municipais próprias quanto às escolas parceiras, tem tido um crescente muito grande na sua qualidade naquilo que tem sido proposto para as crianças. Ainda temos alguns

desafios que precisam ser encarados com seriedade e muito por isso os nossos momentos formativos e toda assessoria que a gente tenta propor é justamente uma assessoria de estar próximo, de estar junto, mesmo que às vezes nem tão próximo assim. A educação infantil é composta atualmente por duas equipes que fazem essa assessoria, uma delas tem quatro pessoas e a outra tem duas pessoas, para a gente mais ou menos entender os braços que a gente tenta ter para alcançar esses objetivos. No que tange ao zero a três anos, desde que eu assumi enquanto gestora dos indicadores em abril do ano passado, nós tivemos uma ampliação ainda sutil, mas importante, pensando nas regiões que foram contempladas com essas ampliações como, por exemplo, a Restinga, como Sarandi, que são regiões que a gente sabe que têm uma demanda bastante grande ainda da educação infantil. No ano passado, só para fazer uma retrospectiva, nós tivemos em torno de 650 novas vagas, isso considerando apenas as escolas parceiras da rede; para este ano, nós já temos mais 150 e até o final do ano nós vamos fechar em torno de 370, 400 vagas; e para o ano que vem mais 400 vagas. Para além disso, desde o início deste ano, eu venho com conversas bastante frequentes com o gabinete do prefeito, com o gabinete do secretário sobre as ações que nós conseguimos fazer para ampliar não só a curto prazo, mas também a médio e longo prazo esse acesso, porque isso é importante. Atualmente a gente tem um esboço deste plano de ação – se a Comissão entender que seria importante ter acesso a este documento, depois a gente pode conversar a respeito dele para ver de que forma a Câmara pode auxiliar nesse sentido – que basicamente tem ações, como disse, de curto prazo nas escolas parceiras, nas escolas próprias da rede. Nós temos ações no sentido de pensar em editais de novas parcerias em regiões que a gente sabe que tem uma demanda maior como é o caso da região da Mário Quintana, região da Lomba do Pinheiro, Partenon, Vila São José que a gente vem mapeando há bastante tempo e são regiões que precisam de um olhar bem específico.

Em relação à questão da municipalização, eu estou por dentro, já fiz visita em algumas escolas, tenho acompanhado junto com os gestores da Secretaria e a nossa ideia é fazer, falando enquanto Secretaria Municipal de Educação, uma

análise desses espaços, sejam eles do ponto de vista das necessidades de estrutura, das necessidades de RH, no caso, de se precisar ampliar as pessoas que precisem fazer o atendimento às crianças, assim como também a questão pedagógica mesmo. Vou dar um exemplo bem simples, uma das escolas que nós visitamos a escadaria era bastante longa, do ponto de vista pedagógico, ela não é acessível, por exemplo, para crianças de zero a três anos, quiçá de quatro a cinco dependendo da situação. Então a gente sempre faz essas indicações, esses apontamentos dentro dos nossos relatórios para que a gente possa sentar e pensar na viabilidade de aqueles espaços acolherem a educação infantil. A nossa proposta não é fazer isso de uma maneira que prejudique depois o acesso e a permanência dessas crianças nesses espaços. Eu estive presente pessoalmente na escola da Vila Renascença e, de fato, a escola fica bastante longe de outras escolas fundamentais que nós temos ali na região e não teria como essas crianças terem um acesso qualificado em outro espaço que não lá. Nós fizemos a sugestão de talvez pensar no espaço ocioso que a escola tem de terreno e fazer uma construção, mas isso ainda está nos planos do pensar, a gente ainda não chegou a um ponto, primeiro precisaria justamente fazer a análise da demanda, ver de que forma isso ficaria adequado, se seria necessário, por exemplo, atender maternais e jardins, se esse espaço é propício para isso. Então precisa ainda de uma conversa mais refinada em relação a isso antes de se tomar as decisões em relação às escolas que serão municipalizadas. Por enquanto nós ainda não temos nenhum indicativo concreto, assinado em relação à municipalização, o que nós recebemos foi uma proposta e esta proposta nós estamos avaliando, tanto que nós estamos fazendo diversas visitas a escolas para poder dar este parecer ao secretário e que ele possa, então, entender se é prudente ou não fazer a municipalização.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Por que vocês montariam uma escola com maternal e com jardim ali se nós já atendemos o maternal e o jardim meia quadra de diferença, vocês fizeram essa análise?

SRA. JULIA SCALCO PEREIRA: Sim, a gente sempre pega a demanda reprimida da região para ter como base e é o que se coloca no nosso estudo. Essa é a intenção, é poder pensar de que forma a gente amplia, porque muitas escolas conveniadas, parceiras, elas têm uma estrutura que não comporta, por exemplo, uma nova obra – vamos dizer assim –, mas tem outras que a gente pode, eventualmente com recursos de outras instituições parceiras, fazer essa ampliação. Então, a cada uma dessas escolas que a gente visita que foram propostas pela Seduc, são feitos os indicativos de demanda reprimida daquela região ali e também das questões, como eu disse, de obras e de critérios pedagógicos, por exemplo, ter um banheiro próximo ou coisas assim.

(Manifestação fora do microfone da Sra. Cindi Regina Sandri. Inaudível.)

SRA. JULIA SCALCO PEREIRA: Isso seria uma... Sobre a questão do aceite da municipalização, acho que isso é uma decisão de gestão maior, eu não tenho como responder neste momento enquanto gestão. O que eu posso fazer é a análise desses espaços e fazer os meus indicativos em relação a isso, para que, enfim, o gabinete do prefeito e do secretário façam a análise. Mas, neste momento, não tem nada definido. Obrigada.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado, Julia Scalco.

SRA. JULIA SCALCO PEREIRA: Eu tenho só mais algumas coisas para falar.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Só um minutinho, eu acho que todos tiveram seu tempo para fazer a sua fala, agora o governo está fazendo a fala. Então, vamos deixá-los concluírem, só porque nós já estamos com 20 minutos estourando o nosso tempo. A reunião era para terminar às 16 horas, a gente está, num comum acordo aqui entre mim e o Jonas, para levar um pouco mais e para poder contemplar a todos. Então, vamos nos ater às perguntas, para poder terminar a nossa reunião da CECE com êxito. Obrigado.

SRA. JULIA SCALCO PEREIRA: Em relação às escolas inacabadas, a gente sabe que teve um investimento inicial de construção de escolas via Proinfância da FNDE e que, pelos motivos que não vêm ao caso neste momento, até porque eu não estava na secretaria naquele ponto, acabaram ficando por concluir. A ideia, neste momento, é essa parceria com a UNESCO para finalização dessas escolas. São cinco escolas que estão dentro do escopo para serem entregues entre 2024 e 2025. Ainda está sendo ajustado o cronograma dessas entregas, porque tiveram algumas reuniões recentes em que nós analisamos os projetos originais das escolas, escutamos diretoras de escolas que atualmente são gestoras de escolas Proinfância tanto tipo A quanto tipo B, para pensar em ajustes que se observaram necessários ao longo do tempo, por exemplo, trocador dentro do banheiro dos jardins para as crianças com deficiência que precisam fazer a troca de fralda. Então todas essas minúcias, a gente foi passando ponto a ponto para que já sejam contempladas nessas novas escolas que estão por ser acabadas. Além disso, das escolas inacabadas, nós temos o programa Escola Bem-Cuidada que a ideia é que, além da manutenção, possa se ter a construção de mais dez escolas infantis para o Município. Eu também estou um pouco a par de algumas reuniões que têm acontecido nesse sentido. Já visitamos alguns possíveis terrenos em regiões que nós temos uma alta demanda como, por exemplo, Mário Quintana, Vila Bom Jesus, para a gente conseguir, com todas essas ações, tanto as de curto prazo quanto as de médio e longo prazo, trazer maior acesso, principalmente naquelas regiões que são de maior interesse, que a gente sabe que essas famílias precisam do acesso à escola e não têm como fazer um deslocamento para outras regiões do nosso Município. Eu queria também complementar a fala da presidente Aline em relação à questão de quais dados são levados em conta quando a gente pensa na demanda reprimida. Neste momento, quando a gente faz esse cálculo, nós levamos em conta aquelas famílias que entraram em contato, seja no início do ano ou seja ao longo do ano, solicitando vagas. Então a gente tem por base esse cálculo de quantas famílias necessitam ainda de vaga. A questão do relatório do TCE, ele tem uma medida um pouco diferente da medida que a gente faz, ele

compila os dados do Datasus, ou seja, crianças nascidas na cidade de Porto Alegre e, a partir desse número, ele indica quantas seriam as necessidades de ampliação de acesso à educação. A questão é que nós temos em Porto Alegre, por exemplo, hospitais de grande porte como o Hospital de Clínicas, Conceição, Santa Casa, que tem muitas crianças que nascem aqui, entram no Datasus como nascidas em Porto Alegre, mas que não residem em Porto Alegre; residem na região metropolitana, residem no interior, pacientes de alto risco. Então nós precisaríamos elaborar uma métrica que fosse mais fidedigna a isso, justamente para ter um parâmetro que trouxesse a realidade daquilo que nós estamos ainda em débito. A gente entende que está em débito, mas está correndo para que isso seja solucionado. Em relação à questão dos investimentos financeiros, a gente vem fazendo diversas conversas junto ao fórum, a Andréia tem acompanhado algumas, a Elaine também. A ideia é que se consiga ir construindo, e já estão em análise alguns dos pedidos como, por exemplo, o Plus Berçário, que já está bem encaminhado. Se tudo der certo, a partir do ano que vem, a gente já começa a implementar um percentual a mais, porque a gente sabe que as crianças de berçário têm necessidades específicas e precisam de mais adultos para fazer esse cuidado. Então isso é primordial, assim como temos pensado também e feito outros levantamentos em termos de quantitativo financeiro para sentar junto com o fórum e ver quais são as outras medidas que nós vamos tomar em termos de reposição, de pagamento da folha de RH das escolas parceiras. Então isso está em discussão já. Gostaria também de comentar rapidamente em relação à questão das assessorias e das formações pedagógicas, porque isso é bastante importante. Desde o ano passado, a gente vem tentando fazer uma escuta mais refinada, porque a gente entende que que somos uma rede e precisamos, sim, nos entender enquanto rede. Então em muitos momentos nós chamamos o fórum para conversar sobre a questão do calendário, para pontuar aquilo que eles gostariam que estivesse contemplado, conversamos com as nossas escolas próprias também, as EMEIs em relação a isso... Os momentos formativos também, muitas vezes nós contemplamos aquelas necessidades que estão mais latentes, então no início do ano nós

tivemos uma série de formações dentro do dia do alinhamento pedagógico, em relação à questão da educação inclusiva, na educação infantil para que os funcionários pudessem estar presentes nesse momento formativo oferecido dentro da sua região. Nós fizemos em quatro regiões esse momento formativo, e trazer informações em relação à educação inclusiva, EP e PI, e fortalecer esta rede que nós consideramos rede, sim. A mesma questão nas jornadas, em cada jornada a gente tenta trazer um pouco de questões teóricas, falas da rede, enfim, visitas às escolas. Nós fizemos isso também este ano, no mês de julho as escolas fizeram intercâmbios interescolas, então por exemplo, uma EMEI numa ECEI, uma ECEI numa EMEI, justamente para que cada uma delas possa visualizar estratégias que podem ser colocadas em prática na sua escola e, muitas vezes, sem recursos exorbitantes, como por exemplo, a utilização de materiais naturais, reestruturação dos espaços. Então foi muito significativo naquele momento a colaboração que houve entre as escolas para revitalizar esse momento formativo e não ficar só na questão de alguém vem aqui e traz um exemplo que parece distante. Então a gente tenta sempre equilibrar um pouco disso, traz obviamente nomes renomados, mas também traz a fala da própria rede para que possam se ouvir e se olhar neste momento. Então eu acho que é isso, fico à disposição, caso tenha mais algum questionamento que seja específico da educação infantil. Eu acho que isso não tinha sido respondido. Eu não sei até que ponto isso está bem casado, o que eu sei é que tem uma conversa inicial justamente da ex-secretária adjunta Melissa com o gabinete da SMIS, mas por enquanto não tem nada definido. Acho que a ideia é que a gente possa alongar as conversas e ver o que fica realmente mais adequado às necessidades das comunidades, mas entendo, sim, que tanto assistência quanto a saúde, a gente precisa fazer uma interlocução um pouco melhor, justamente para conseguir que as crianças tenham uma qualidade melhor de vida e de bem estar. É isso.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado, Júlia. A Sra. Izabel Brum está com a palavra.

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Boa tarde a todos, estou hoje completando 23 dias na diretoria pedagógica e com uma escuta muito atenta aos inúmeros programas e demandas. É complexo, mas quero dar alguns retornos já imediatos. Primeiro, dona Jussara, a senhora fez eu voltar uns 25 anos, a idade nos dá uma certa experiência, vivência e memória. Então, no tempo em que a gente subia lá o Morro da Cruz, eu trabalhava era ali na Padre Ângelo Costa, eu era professora ali, e o processo de seleção de vagas passava pelas escolas, e a gente vivia uma dupla situação. Primeiro, de visitar *in loco*, o que eu achava maravilhoso, porque tu conhecia a realidade das famílias, mas depois a gente tinha que decidir para quem destinar aquela vaga. Casualmente hoje, o secretário me chamou de manhã e perguntou qual era a minha agenda e se às 11h30 eu conseguiria estar liberada. Disse que sim. “Vamos na central de vagas”, ele disse. Então a gente também está meio sem teto, sem floresta, estamos nos organizando então ali no prédio da João Manuel, mas o atendimento às famílias que vão iniciar, agora dia 15, a procura por vaga e inscrições, então vai ser organizado ali no prédio da SMAP, no térreo. Quando voltávamos a pé para a SMED, ele justamente me falou da questão dos critérios de seleção para que... (Problemas técnicos no som.) ...bastante difíceis, não são insuperáveis. Entendo que o professor, secretário José Paulo, ele tem esse perfil, e foi por isso que eu vim. Ele tem esse perfil de escuta, ele é uma pessoa muito prática nas suas ações e tem tentado articular com as outras secretarias, tentando amenizar essas questões burocráticas dentro de cada unidade das secretarias. Como ele mesmo mexeu conosco numa reunião esta semana, ele acha que foi aprovado no contrato de experiência dele, porque completou três meses de gestão agora, não é? É muito recente essa mudança, vivemos numa turbulência, a SMED está enfrentando uma CPI, há essa ação em cima das verbas de 2017 a 2021 que estão sendo questionadas, mas a gente tem que superar isso e não deixar que isso afete o nosso trabalho junto às escolas. No pedagógico, eu estou tentando fazer uma reestruturação, a gente precisa reestruturar ali a organização do pedagógico para que as ações que são feitas na SMED efetivamente cheguem nas escolas – acho que isso é importante. É

uma caminhada que todo mundo tem que pegar junto, adorei a proposta dos vereadores, realmente ideias são maravilhosas, mas elas precisam de recursos para serem implementadas, e são necessárias políticas públicas efetivas de valorização e de qualificação dos nossos quadros; até nem diria qualificação, porque os nossos quadros são muito qualificados, os nossos professores, mas dar condições para que isso aconteça e apareça na sala de aula. Obrigada por este espaço.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado, Izabel. Vamos encaminhar para as considerações finais. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado colega Gilson Padeiro. Para finalizar, queria deixar algumas ideias e coisas que a gente tem visto na cidade, mas também no Brasil como um todo: eu acho que, infelizmente, o crime organizado chegou na educação brasileira. Chegou, porque o dinheiro acaba indo para outras coisas que não de fato a implementação das metas do Plano Nacional de Educação, infelizmente a gente vê isso nas páginas policiais e em vários lugares. Queria frisar aqui e fazer um pedido à Izabel, que colocou que está há 23 dias à frente do pedagógico, que fosse importante... As pessoas que saíram, a gente sabe os motivos por que saíram, e vou mostrar até um aqui, não sei se vocês vão conseguir ver, mas esses são os instrumentos que supostamente o pedagógico disse que eram para comprar para fazer musicalização – e aqui falo como professor de música, mestre em educação musical. Instrumentos de plástico! Não tem como aprender sobre timbre, não tem como aprender características da música com instrumentos de plástico. Isso qualquer pedagogo, professor de música sabe, isso foi um gasto homérico e está nas escolas, os professores de música já usaram algumas vezes e as baquetas já quebraram, os chocalhos, enfim, e isso foi porque não se ouviram os profissionais, os técnicos, é preciso ouvir os técnicos. Então quero fazer um pedido à Izabel, que é professora da rede, como bem ela falou, para que pudesse exercitar esse debate, esse diálogo. As empresas vendem qualquer coisa, quer

dizer, as empresas estão aí para vender, elas vão lá e oferecem aquilo, e o dinheiro público está ali. O que a empresa tem como objetivo? O lucro! Agora, a gente tem que saber realmente o que a gente quer. A gente teve aqui, num depoimento da CPI, a antiga coordenadora pedagógica e ela não conseguia justificar o motivo, por exemplo, de trazer livros didáticos que o MEC já mandava, não tinha sentido, enquanto as escolas, por exemplo, precisavam de outros materiais, outros conteúdos, até materiais para inclusão, de fato. E não só isso, os gizes de cera que hoje têm nas escolas nem colorem, e as escolas não podem gastar sua verba própria para comprar giz de cera, porque a SMED já havia comprado. Então não tem como fazer trabalho de artes, por exemplo.

São exemplos que a gente vai dando de como essa coisa da licitação é difícil, é dura, e a gente precisa ter um outro tipo de abordagem, senão esse dinheiro que vem da educação, que é pouco... Gilson, nós vamos ter que mandar dinheiro da Câmara, que nós trabalhamos para economizar, mas, na verdade, a gente tem que ter uma otimização dos recursos públicos. Se a gente não consegue atingir as metas do Plano Nacional de Educação, tem alguma coisa; a gente precisa planejar a longo prazo. Quero dar um outro exemplo, falando com os profissionais da educação: em 2013, um profissional da educação no Município ganhava 39% a mais do que o piso nacional; hoje, 2023, ele ganha 23% a menos do que o piso nacional. O que quer dizer isso? Que o Brasil avançou no piso nacional do magistério, os professores estão ganhando melhor no Brasil, mas em Porto Alegre, no comparativo, desceu mais de 60%, enquanto o piso vai subindo. Nós, aqui em Porto Alegre, podemos dizer, Ver. Gilson, que esse é um compromisso de toda sociedade; nós fracassamos, Porto Alegre fracassou na valorização do magistério, nós estamos diante de um cenário de fracasso. Nós tivemos um momento em que existia uma valorização e ela foi congelada – e aqui nós estamos pegando vários governos, para não dizer que a gente está falando de um ou de outro, nós estamos falando de política de Estado, não é política partidária. O ente federado, município de Porto Alegre, está virando, há muito tempo, as costas aos profissionais da educação. O que eu trago aqui? Esse problema precisa ser discutido com muita serenidade e seriedade: quem

nós queremos educando os futuros porto-alegrenses? Uma pessoa que não se sente valorizada? Uma pessoa que tem que ir sozinha fazer a sua formação? Eu acho que a gente tem que pensar outros processos. Vou dar um outro exemplo, Izabel, tu não estavas lá, mas a SMED contratou um curso de mestrado para 20 pessoas numa universidade privada; o correto, na minha opinião, seria fazer um convênio com as públicas, oferecer para mais pessoas e fazer um processo seletivo interno, para que o professor da sala de aula também tenha direito de fazer o seu mestrado, fazer o seu doutorado, porque isso vai qualificando, é um estudo de longo prazo e, muitas vezes, circunscrito na realidade escolar. É isso que a gente precisa, não é para ter título, é fazer uma pesquisa sobre o local. Eu quero que as pessoas que trabalham na Restinga pesquisem a Restinga; as do Sarandi, pesquisem o Sarandi. Que educação é essa, quem são esses atores que ali estão? Uma sugestão para a gente avançar na valorização docente do plano é pensar um convênio com a UFRGS, com a UERGS, que tem mestrado, enfim, fazer esse debate, essa construção, porque não podemos só pensar: “Ah, o município de Porto Alegre tem muitos mestres e doutores”, não, vamos avançar! A mesma coisa a rede conveniada: como a gente abraça a rede conveniada? Vamos oferecer duas vagas, que seja, por escola, são 200 escolas, vamos oferecer 400 vagas de mestrado para as professoras que estão lá. Quantas não tem graduação?! Vamos pegar, vamos oferecer mais mil de graduação, fazer um convênio com a UFRGS, pode ser um semipresencial de repente, que isso facilita também para o professor que está trabalhando lá na Lomba, que daí vai ter que se deslocar todo dia, tem família, talvez não. Então eu acho que essas coisas a gente precisa ir pensando e avançando ao longo do tempo.

Por último, eu queria dizer que tem uma coisa que eu não acredito, particularmente, Rosele, embora eu tenha estudado nesse modelo de escola. Eu não acredito nesse modelo de escola; escola em que o aluno vai só um turno para a escola, fica um turno na escola e vai embora. É só o Brasil que tem esse modelo de escola. Os alunos vão de manhã... Aí sabe o que que acontece, gente? Eles desocupam a sala para outros alunos ocuparem de tarde. Então a

gente não tem sala de aula o suficiente para educação de tempo integral. A escola que dá certo é a educação de tempo integral, é o dia inteiro na escola, Gilson, com várias atividades, com esporte, com práticas em arte, com fruição de cultura, com produção de cultura, com uma relação inclusive com o mundo do trabalho nas séries finais, que a gente pode pensar em politecnia, nós podemos pensar como a gente se gesta como ser humano através da ferramenta do trabalho, produzindo ciência, tecnologia e cultura. Então, o que eu quero dizer aqui? Porto Alegre também retrocedeu na meta do integral. Nós temos menos turmas, menos integralização do que no passado. Estou falando aí de sete, oito anos. Quer dizer, nós estamos vivendo retrocessos na educação, em vários âmbitos. Nós podemos dizer: ah, avançou aqui, avançou ali... Acho que sim, acho que nós temos brigado muito, a sociedade briga muito e pressiona a Câmara, pressiona os governos para mais vagas, mais vagas. Acho que está ampliando o número de vagas, mas a gente tem que qualificar isso. Só a vaga sem a qualidade não ajuda, e eu acho que vocês apontaram muito bem aqui, todas. Como é que a gente faz os ajustes no sistema, como é que a gente pensa. Sônia, o fórum, ele precisa ter potência colocada pelas instituições, concordo plenamente contigo, e queria fazer esse encaminhamento, sugestão para a SMED, que trouxesse esse debate, esse fomento, esse fortalecimento, porque é a discussão que vai fazendo o compromisso social, porque não adianta achar que só os vereadores, só os políticos, só a SMED... Não! Nós temos que envolver a sociedade. Quando a sociedade porto-alegrense entender que a educação tem que ser perseguida, que nós temos que ter todos dentro da escola, ninguém vai votar contra aqui na Casa, ninguém vai, porque todo mundo vai estar pedindo e enxergando. Porém, as pessoas não tão enxergando a educação. Elas não estão vendo, e eu percebo isso quando as escolas vão fechando, as turmas vão fechando, que é o que está acontecendo no Estado, e isso não é de agora, isso já faz muito tempo. O abandono estrutural, por exemplo, é de 20, 30 anos. A rede municipal de Porto Alegre tem escolas que foram construídas e nunca receberam uma reforma pesada, potente; falo da escola Anísio Teixeira em que o hall de entrada ali, o salão aberto da escola onde acontecem os eventos,

estava caindo, se não fosse a escola fazer uma recauchutagem ali, fazer uma solda, que eu estive lá. Então é problemática a situação. Nós precisamos nos unir. Eu acho que essa reunião de hoje mostra isso, mostra uma intenção de união. Nós temos várias diferenças, várias concepções sobre educação, mas a gente sabe que a educação precisa ser potencializada. Então uma coisa que, por exemplo, no Município não é cumprido, e quero solicitar que a Izabel nos ajude, é o mínimo da Lei Orgânica, os 30%, porque esse recurso, eu não tenho problema nenhum, sabe, milito na saúde, na assistência, mas está ali na Lei Orgânica o mínimo é 30% para a educação, e nós temos que investir esses 30%, nós temos que perseguir esses 30%, e nós temos como fazê-lo, nós temos, ou melhorar os repasses para as escolas, tentar fazer isso. Acho que processos formativos nunca são demais, pode ser presencial, pode ser EAD, isso enriquece. Agora, a gente não pode deixar a máquina burocrática mandar na gente.

Por último, para finalizar e encerrar a reunião, Ver. Gilson, quero também fazer uma sugestão, porque eu acho que há muito tempo a SMED não faz isso, porque talvez não se sinta empoderada em fazer a discussão de valorização salarial; isso fica sempre com o centro do governo e as instituições, quando são a rede conveniada, ou então o centro governo e os sindicatos. Não pode! A SMED tem que dar o pontapé inicial nisso, a SMED, internamente, tem que debater como ela quer pagar as progressões, ela tem que dizer se vai pagar ou não, ela tem que dizer como vai fazer, ela tem que dizer se tem que pagar ou não. Acho que ali de dentro a gente precisa fazer essa discussão, a gente precisa criar essa responsabilização diferente, porque eu observo a SMED desde 2009, então eu já pego vários governos aí. Se os educadores, no seu centro de gestão, não debaterem, e aí eu quero fazer uma sugestão bem tranquila, vocês duas estão aqui, mas tem muitas outras colegas, acho que tem que fazer esse debate no pedagógico. O RH tem que discutir isso, o RH não é só para nomear professor e mandar para uma escola, tirar, transferir, mandar para outra... Acho que tem que olhar e ver: olha, nós temos tantas pessoas na letra A, não dá mais, temos que criar um movimento, as pessoas têm toda a diplomação, todo o currículo

para ir para a B e tem gente se aposentando na A, na B. Isso, para mim, é também uma comprovação de que está falindo o nosso debate. E aí o que que eu digo? Nós estamos aqui na Câmara fazendo a luta, fazendo o debate, não é Gilson, a gente vai para um lado, vai para o outro, a gente deixa agendas de lado muitas vezes, e eu sei que, também, quem está nas escolas deixa algumas coisas de lado, e vocês que estão na gestão também. Mas acho que a gente tem que dedicar um pouquinho de tempo para sentar com o secretário e dizer: secretário, nós precisamos fazer isso aqui, pelo menos iniciar esse debate da valorização dos professores, porque, hoje, eu vejo o plano de carreira congelado, e, do jeito que está, a gente não pode deixar para o outro governo, independentemente de quem seja, nós temos que começar a fazer isso. Então, sobre o plano, parabéns a todas e todos.

SRA. ALINE DE OLIVEIRA KERBER: Quero parabenizar pela reunião da CECE, mas só um detalhe assim, quando se fala em não ter recurso, a gente discorda, porque entre 2021 e 22 sobraram recursos do MDE, de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, que um terço é do Fundeb, na ordem de R\$ 1,250 bilhão. Daria para construir 600 escolas, resolveria, e pode ser usado para pagamento de professores, de profissionais da educação, também de parceirizadas, a inclusão. E, aí, mais um adendo, além de não faltar dinheiro, eu acho que a Câmara tem que se debruçar no Plano Plurianual de considerar esse recurso, porque, até o momento, o dado mais atual é que só gastamos 40% dos 30% que está na Lei Orgânica do Município, que precisamos gastar. Então, *pari passu* à gestão, a Câmara também tem que se responsabilizar em organizar esse plano e esses recursos que estão sobrando. Então, eu acho que tem essa responsabilização e tem o acordo da Defensoria que levou a incluir o Mais Poa, que considera a inclusão das parceirizadas. Então isso, para o ano que vem, pode ser recurso do MDE para que seja paga também a valorização necessária para as parceirizadas e a inclusão porque tem recurso. Então a Câmara também precisa se debruçar nesse processo. E acho que a mobilização – além do controle social, que é papel do Conselho Municipal de Educação – de a Câmara

trazer para a conferência, trazer para o debate da pré-conferência e Conferência Municipal de Educação agora, sobretudo 27 e 28 de outubro. A gente precisa anunciar isso para as escolas, fazer o chamamento falar dessa importância para que a gente possa efetivamente contar com a participação qualificada para que a gente construa de baixo para cima, que é o que a gente está projetando, as políticas públicas de educação.

Eu teria vários outros pontos para colocar, mas, só para finalizar, a nossa comissão especial que elaborou o Regimento Interno vai enviar um documento para vocês, aqui para a CECE, com indicações para emendas às leis que estruturaram a lei do sistema e a lei do próprio Conselho Municipal de Educação. Porque muita coisa ficou de fora, por exemplo, Ver. Jonas, as conferências e o congresso de educação estão fora da lei, além do que eu já coloquei. Então a gente precisa qualificar, sim, as leis; precisa fortalecer o gasto bem feito, que aí que entram as margens, as discricionariedades, inclusive para as irregularidades, e saber que tem recurso, sim. Porque, se a gente parte da premissa que não tem, ela não é verdadeira, Ver. Gilson. Tem recurso, mas precisamos avançar nesse planejamento desse recurso.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Aline. Eu acho que a SMED pode avaliar todas essas questões e é importante. Porque, às vezes, a gente também não tem todas informações, informação vou dizer, no Brasil, que é um negócio, é luxo, muita coisa é escondida. Eu digo, por exemplo, as famílias não sabem que é seu direito e dever do Estado de quatro cinco anos estar dentro de uma escola, elas acham que é favor: “Ah, fulano conseguiu para mim – ou beltrano – tu vê, não é?” “Ah, não tem escola perto, por isso que eu não tenho”. Não, é que a lei brasileira não chega até o beneficiário; chega, muitas vezes, só o benefício, e os outros todos que não acessam não estão. É mesma coisa, Gilson, a gente, por exemplo, lá na Zona Sul – tu que és do Extremo-Sul – está na lei que tem que ter saneamento, está na lei que tem que ter pavimentação. O Gilson anda bastante por lá e sabe que a maioria do Lami não tem. A regularização fundiária, por exemplo, não tem. Eu mesmo moro num lugar que não tem

regularização e moro há 27 anos, e nós pagamos taxa. Então vocês imaginem só isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não, pagamos. Mas o que que eu digo para encerrar, gente, a gente tem que entender que o recurso público está em permanente disputa, é uma disputa. Nós vamos disputar, se a gente entende que a educação é importante, a gente vai e disputa, e vai continuar assim. Eu vejo isso desde quando era aluno, e lá no Orçamento Participativo, Cindi, não tinha dinheiro para tudo, a gente votava. A Rosele era professora na escola, e tinha o OP dentro, então, a gente discutia. Teve uma vez que a gente discutiu se cobria ou não a quadra ali de trás, e tinham outras coisas; uma coisa foi feita, e é isso, tem que disputar. O que fica aqui como legado é: vamos disputar o recurso porque, quando a gente disputou os royalties do petróleo, a educação ganhou e a disputou. Então estão vindo mais coisas aí, está vindo o arcabouço, taxar as grandes fortunas, os dividendos; nós temos que disputar esse novo recurso público para as áreas que a gente defende. Então, obrigado.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado, Ver. Jonas Reis. Eu, aqui no meio professores, me sinto realizado. Eu sou um vereador, como o Jonas, que vem do Extremo-Sul de Porto Alegre, onde tem escolas parceirizadas que, quando chove, não tem aula porquê? Antigamente, quando foram construídas as escolas, não teve uma fiscalização dessas entidades que colocaram lá, e aí quem sofre hoje? São os pais. A Elisabete fala do tempo que leva para chegar até um atendimento das mães atípicas. Do Lami – vamos botar do Extremo – até o Centro de Porto Alegre num ônibus são duas horas. São duas para chegar ao Centro! Nós ficamos entediados, não é verdade? Nós ficamos entediados, então, é por aí.

Também falaste, Rosele, política. Eu sou um político, mas eu construo, eu venho aqui dentro vejo o Jonas também, a gente não vem aqui fazer política, a gente

vem para dar retorno para a nossa comunidade que nos elegeu e nos colocou aqui. Na hora em que eu for fazer politicagem, eu largo a política porque vou para outro lado, porque eu gosto de fazer o que eu faço. Não sou um vereador que atua muito forte na educação, sou um vereador que cuida da parte de fora da escola, eu cuido muito – o Jonas sabe – da zeladoria da Cidade porque lá fora também precisa uma pavimentação, um patrolamento, uma rede de esgoto cloacal, hidráulica, água, água pluvial, água da chuva; a gente tem que ajeitar essa parte. Precisa-se de melhor transporte, precisa-se de uma saúde melhor lá no posto. Então a gente tem um segmento na educação, mas tem todo um entorno; esse é o nosso trabalho. E eu venho para cá para aprender bastante, eu estou aprendendo.

Dizer para vocês que essa aí não é a última reunião que a gente vai tratar aqui na CECE, nós vamos ter mais debates aqui para chegarmos, num dia, a um denominador comum, a um objetivo, e buscar uma conquista. Então, no que precisarem do Ver. Gilson Padeiro, estou à disposição. No ano que vem, serei o presidente da CECE e estarei abrindo as portas também, como o Mauro está fazendo, como o Jonas está fazendo, o Ver. Geovane Bill e o Giovani Culau. A gente está aqui à disposição para trabalhar para quem? Para a Cidade de Porto Alegre, esse é o nosso trabalho. Eu agradeço a presença de todos, e podem contar com nós todos daqui da CECE, um abraço a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17h03min.)